

A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA NA GESTÃO MUNICIPAL

Michelle Sena da Silva (1), Gilberto de Miranda Rocha (2).

(1) Universidade Federal do Pará – Departamento de Geografia
Trav. Quintino Bocaiúva, 3978. Belém-PA.

e-mail: misenasi@yahoo.com.br

(2) Universidade Federal do Pará – Departamento de Geografia
Trav. Benjamim Constant, 551/303. Belém-PA.

e-mail: gilrocha@ufpa.br

Área do Conhecimento: IV – Ciências Humanas

Resumo: O objetivo deste trabalho consiste em analisar de que forma a utilização do Sistema de Informação Geográfica pode dinamizar as administrações municipais, criando maiores possibilidades para a gestão territorial. Visto que, uma das principais preocupações da atualidade na atuação do poder público municipal condiz com obtenção de informação que possa servir de base para a construção de programas, projetos e políticas que visem um melhor aproveitamento das potencialidades existentes em cada localidade e assim promover o desenvolvimento local. Apesar dessa necessidade o que se percebe é que, em geral, pouco tratamento tem se dada a essa problemática.

Palavras-chave: Sistema de Informação Geográfica, planejamento municipal e gestão do território.

Abstract: The objective of this work consists of analyzing of that it forms the use of the System of Geographic Information can to improve the municipal administrations, creating bigger possibilities for the territorial management. Since, one of the main concerns of the present time in the performance of the public power municipal it says respect with attainment of information that can serve of base for the construction of programs, projects and politics that aim at one better exploitation of the existing potentialities in each locality and thus to promote the development local. Despite this necessity what one perceives it is that, in general, little treatment if has given this problematic one.

Key-word: System of Geographic Information, municipal planning and management of the territory.

INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que o ordenamento territorial é uma prática inerente ao Estado que visa restabelecer a relação homem - natureza tendo como matriz a harmonia entre as diferentes formas de ocupação do território e o desenvolvimento econômico, entenderemos o papel

importante exercido pelo planejamento com instrumento essencial para a execução das políticas públicas que visem o desenvolvimento.

Os novos rumos seguidos pelas instituições públicas apontam para o fortalecimento do município enquanto escala mais interessante para promover o desenvolvimento político, econômico e social

em seu território. Isto significa dizer que, as municipalidades, atualmente, tem a necessidade de implantar uma base de informação territorial que dinamize a aplicação de políticas públicas cuja finalidade seja a racionalização do uso dos recursos naturais, tornando viável o crescimento econômico e primando pela equidade social.

Desta forma nos apoiamos nas idéias defendidas por ROCHA (2003) quando este aponta o Sistema de Informação Geográfica – SIG, como ferramenta primordial nesse processo, no momento em que, possibilita uma maior abrangência de integração e gerenciamento das informações contidas no território municipal, através da sua dupla funcionalidade: instrumento técnico de informação sobre o território e instrumento político de regulação do uso do território.

O ato de planejar requer a obtenção de informações cujo intuito seja possibilitar a ação do poder público, configurado no Estado, na suprição das demandas sociais e econômicas.

OBJETIVO

Possibilitar a administração municipal à obtenção de informações integradas, consistentes e inseridas na sua realidade geográfica, agregando a participação e o acompanhamento da população no planejamento e realização das políticas públicas. O que concorreria para aumentar a capacidade de realização do planejamento e da gestão municipal.

METODOLOGIA

Para que a gestão municipal seja efetivada sob a utilização do SIG faz-se necessário que uma base logística seja montada. Desta forma, são elencados pelo menos três etapas de um processo que visa a maximização da atuação pública nas municipalidades.

Em um primeiro momento faz-se necessário à realização de um levantamento das formas de gestão política e institucional e das transformações na estrutura do espaço urbano, no decorrer do percurso histórico de sua formação.

Em seguida busca-se a integração e sistematização de informações geográficas necessárias para a construção de um Banco de Dados Municipais, produto da articulação institucional local.

Para posteriormente construir a base cartográfica da malha municipal contendo o mapeamento das potencialidades e recursos naturais, bem como das redes territoriais existentes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A trilogia: planejamento, gestão e desenvolvimento.

A redefinição do pensamento desenvolvimentista reconfigura-se com a emergência da discussão sobre a promoção do desenvolvimento a partir das potencialidades endógenas, o que denota importância às especificidades locais enquanto fator primordial.

A importância assumida pelo município pode ser traduzida como *locus* da ação dos atores sociais na busca por seu bem estar, sendo que esta ação é apropriada pelo Estado no sentido de cooptar a sociedade civil e, assim, legitimar seu caráter hegemônico mantendo o *status quo*.

Em se tratando de desenvolvimento local/endógena, Braga (1999), nos revela que, esta abordagem tem como elemento central a elevação do local ao espaço da inserção econômica em uma economia globalizada, substituindo a concorrência entre empresas e entre nações pela concorrência entre localidades. Paralelo a isto, o local é alçado a espaço preferencial de cidadania, articulação social e solidariedade.

Conseqüentemente, requer uma mudança na forma de gestão pública, pois, a competência maior dos gestores é de ser animador/facilitador do desenvolvimento do território, articulador, que amplia os espaços de participação, com postura democrática e transparente (ZAPATA *et al.*, 2001.).

As dimensões que fundamentam a proposta de desenvolvimento local levam em consideração os aspectos econômicos,

socioculturais, político-institucional e, também, ambiental, que agem a partir das especificidades locais como um novo ponto de partida para o desempenho dos territórios locais. E a finalidade deve ser a melhoria da qualidade de vida, para que isso ocorra torna-se necessário que haja uma maior participação da sociedade local nas esferas de poder público.

Tendo como pressuposto uma gestão territorial democrática, visando o atendimento integrado das demandas sociais através da efetivação da representação social, algo que não deve ser relegado ao segundo plano é a premissa de que de posse dessa instrumentalização, o planejamento das políticas públicas assim como suas materializações devem ser elaboradas juntamente com a sociedade civil envolvida para que aja uma maior legitimação na sua implantação.

Entende-se que para uma efetiva participação da sociedade civil seja necessário que esta tenha informação suficiente para inferir um posicionamento consciente na busca da melhoria de sua qualidade de vida. Possibilitando maiores condições para a efetivação de um planejamento municipal, cujo objetivo seja produto dos anseios sociais discutidos coletivamente.

E o SIG se traduz como uma ferramenta imprescindível para a gestão municipal, pois auxilia na resolução de problemas e na tomada de decisão a partir da análise geográfica.

Aplicação do SIG na gestão municipal

Na atualidade vivenciamos um período denominado por Santos (1996) de período técnico-científico e informacional, destacando a importância que a informação, e neste caso a informação geográfica, adquire para a sociedade.

Neste contexto, vislumbramos a utilização desta informação como um mecanismo de dinamização da tomada de decisão ao dar suporte para que a partir de uma gama diversificada de alternativas possa se optar pela mais condizente com a problemática existente.

A funcionalidade apresentada pelo SIG baseia-se na oportunidade de se construir diretrizes auxiliares para o planejamento e gestão municipal, ao caracterizar-se como um conjunto de ferramentas para coleta, armazenamento, recuperação, transformação, exibição e representação de dados geográficos do mundo real para um conjunto particular de propósitos. (BURROUGH, 1989 *apud* DECANINI, 2001: 98).

A realização de uma proposta de gestão territorial utilizando o SIG cria a possibilidade de se identificar espacialmente a realidade municipal, a partir disso construir diretrizes de desenvolvimento para a municipalidade levando em consideração os aspectos político, econômico e sócio-ambiental. Além de apresentar instrumentos que permitam um acompanhamento das práticas estabelecidas e utilizadas.

Em um primeiro momento, de posse das informações geográficas, devem ser discutidas as estratégias adotadas pela esfera municipal, que sejam coerentes com os objetivos coletivos propostos.

É de suma importância o estabelecimento de uma cultura de articulação institucional para a troca de informações condizentes com a problemática a ser trabalhada. Pois, estas informações possibilitaram um acompanhamento do processo desencadeado com o intuito de compreender os resultados obtidos, e assim, permitir correção e redirecionamento das ações, caso haja necessidade.

Problematizando a partir das redes territoriais de infra-estrutura urbana

O processo de urbanização acelerada pela qual passa uma parcela significativa do território nacional demonstra uma proposta interessante para análise da configuração urbana tendo como viés analítico a implantação segregacionista das redes territoriais de infra-estrutura urbana, como as energia elétrica e abastecimento de água, nos espaços urbanos.

Em nossa análise percebemos que a determinação da existência ou ausência das redes territoriais influenciam, sobremaneira, o desenvolvimento urbano

concorrendo para o estabelecimento de oportunidades, ou desvantagens, para o mesmo. Isto demonstra o caráter desigual da interação existente entre as redes e o território.

O real conhecimento das redes territoriais existentes na escala municipal torna-se indispensáveis para as estratégias de desenvolvimento urbano, ao ser utilizado como instrumento para a construção de políticas públicas e para a regulação social.

As desigualdades, inerentes a problemática das redes territoriais, relacionam-se tanto com a alocação delas no território, quanto no acesso aos serviços por elas oferecidos. Demonstra-se claramente, assim, a dualidade que a permeia por ter que responder a duas lógicas diferenciadas, a capitalista e a reprodução social. Sendo que, esta última quase sempre é negligenciada em prol da produção econômica.

CONCLUSÕES

O papel que deverá ser exercido pelo município para a superação dos problemas econômicos e sociais é fundamental, quando o consideramos capaz de a partir do conhecimento de sua realidade possa propor medidas alternativas condizentes com a problemática analisada.

Pois, as informações existentes na esfera municipal como as diversas características da população, a proporção de seus recursos naturais, entre outros, podem ser o caminho para os problemas específicos de cada localidade, permitindo que esta esfera tenha vantagens comparativas consideráveis sobre outras instituições públicas.

Pode-se não apenas administrar mais racionalmente os recursos envolvidos numa determinada ação administrativa como também desenvolver e propor novas políticas públicas. Visto que, a esfera municipal seja entendida enquanto palco de materialização dos anseios e das conquistas sociais.

Cabe ao gestor municipal decidir pela utilização do SIG, como uma ferramenta imprescindível para fomentar a capacidade de processar e analisar os dados espaciais sob sua administração e assim promover

ações políticas em prol de um melhor aproveitamento de suas especificidades locais e realização do bem estar social local.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- BARROS, Teresa. Sistema de Informação Geográfica. In: www.medialab.te.up.pt
- BECKER, Bertha K. Informação e território. In: **Revista Ciência Hoje**, nº.117, v. 20, 2003.
- BRAGA, Tania. **Desenvolvimento local endógeno e suas aplicações na formulação de políticas municipais: descentralização/participação ou fragmentação/estratégia de legitimação?** Porto Alegre: ANPUR, 1999.
- DAVIDOVICH, Fany. Gestão do território, um tema em questão. **Revista Brasileira de Geografia**, 53(3): 7-31. Rio de Janeiro: IBGE, 1991
- DECANINI, Mônica M. S. SIG no planejamento de trilhas no Parque Estadual de Campos de Jordão. In: **Revista Brasileira de Cartografia**, nº 53, dez. Rio de Janeiro: SBC, 2001.
- KLEIMAN, Mauro. **Análise da efetividade social do acesso à infra-estrutura de água e esgoto pelas camadas populares no Rio de Janeiro: modo de avaliação.** *Internet.*
- ROCHA, Gilberto M. Informação geográfica e a gestão da cidade de Tuuruí (PA). In: **Anais do Simpósio Amazônia, Cidades e Geopolítica das Águas.** Belém: NAEA/UFPA, 2003.
- SILVA, Ricardo T., Infra-estrutura urbana, necessidades sociais e regulação política. Retirado da *Internet* www.ippur.ufri.br/observatorio/produtos
- TEIXEIRA, Miguel B., A emergência de novas infra-estruturas urbanas e as desigualdades territoriais. *Internet.*
- ZAPATA, Tânia, *et al.* **Gestão participativa para o desenvolvimento local.** Recife: BNDES/PNUD, 2001.

